

# UEADSL 2011.1 (Universidade, EAD e Software Livre)<sup>1</sup>

Evento Online Assíncrono. Promoção Texto Livre e FALE/UFMG

## **Dilemas no processo de democratização da universidade pública brasileira: a arriscada relação entre EAD e Software Livre<sup>2</sup>**

**Thalles R. G. Ribeiro<sup>3</sup>**

### **Resumo**

As universidades não são novidades no mundo ocidental. As mais antigas somam mais de 800 anos de existência. No Brasil, embora algumas faculdades isoladas apareçam já no século XIX, pode-se dizer que as universidades públicas no país – principalmente federais - sejam instituições do século XX. A grande maioria não soma nem um século completo de existência. Ainda que o número destas instituições esteja em franco crescimento, assume-se claramente o déficit – quantitativo e qualitativo - do ensino universitário no país, sendo imperativo empreender uma verdadeira democratização da universidade pública brasileira. Esse imperativo, por si só, denuncia que tal empreendimento ainda está por fazer. Recentemente, a partir do advento da internet, a EAD surge nesse cenário como possível solução para esse problema histórico. É também a partir da internet que os Softwares Livres (SL) têm gradativamente ganhado mais adeptos e fortalecido sua filosofia. Não por acaso, tais ferramentas têm sido associadas atualmente, considerando que a EAD tem muito a crescer com o apoio dos SL. Todavia, serão SL e EAD perspectivas intercambiáveis, ou pelo menos tão facilmente associáveis? Como tem ocorrido esse debate? Em que medida o SL, considerado como discurso político, tem refletido sobre os limites e possibilidades da EAD? Quais aspectos devem ser levados em conta, a fim de se compreender os impasses na relação entre EAD e SL? O que se pretende neste artigo, portanto, é refletir criticamente sobre a relação entre EAD e SL a partir do necessário processo de democratização da universidade pública no Brasil.

**Palavras-chave:** Universidade Pública; Democratização; EAD; Software Livre.

### **Introdução**

As universidades não são novidades no mundo ocidental. As mais antigas contam mais de 800 anos de existência. Enquanto instituições medievais européias não possuíam, obviamente, o valor social que se atribui a elas hoje - instrumentos fundamentais a secundarem o progresso

---

<sup>1</sup> <http://www.textolivre.pro.br/blog>

<sup>2</sup> Link do texto no evento: <http://www.textolivre.pro.br/blog/?p=1143>

<sup>3</sup> Estudante de graduação em Psicologia – UFMG.

econômico, social e político de uma nação. Não obstante, já àquela época encarnavam uma instituição capaz de congregar, produzir e propagar o conhecimento.

De fato, o conhecimento era para poucos; geralmente a classe nobre e o clero. Muitas instituições universitárias medievais, aliás, eram criadas e mantidas pela Igreja Católica. Embora funcionassem mais como mosteiros preparatórios do próprio clero, tais instituições representavam focos de divulgação do saber (mesmo restritos) em pleno obscurantismo medieval.

Enquanto instituições ligadas à promoção de cidadania, de concretização da democracia e da efetivação do progresso de um país, as universidades despontam somente a partir da Revolução Francesa. Desde então se pode associar em ideal a universidade, e em amplo escopo a educação, com o desenvolvimento político, econômico e social promovidos pelo Estado. De fato, são os primórdios do que poderíamos chamar de democratização do ensino universitário.

No Brasil, embora algumas faculdades isoladas apareçam já no século XIX, pode-se dizer que as universidades públicas no país – principalmente federais - sejam instituições do século XX. A grande maioria não soma nem um século completo de existência.

Ainda que o número destas instituições esteja em franco crescimento, assume-se claramente o déficit – quantitativo e qualitativo - do ensino universitário no país, sendo imperativo empreender uma verdadeira democratização da universidade pública brasileira. Esse imperativo, por si só, denuncia que tal empreendimento ainda está por fazer.

Embora o surgimento das universidades no Brasil esteja relacionado com ideais de progresso, é impossível separá-la do advento de determinadas elites ao poder e ao próprio poder. Ainda hoje, as universidades são mais frutos de privilégios do que produtos de uma real democratização da educação. Os dilemas são muitos, mas a verba que se destina ao ensino universitário, apesar de ser o maior investimento em comparação com outras modalidades de educação, ainda é aquém do que deveria e do que impõe a própria lei: dos 7% exigidos menos de 3% são destinados à educação geral. O resultado é uma universidade pública restrita, com poucas vagas, embora desponte cada vez mais em excelência na produção de conhecimentos diversificados.

Recentemente, a partir do advento da internet, a EAD surge nesse cenário como possível solução para esse problema histórico. É também a partir da internet que os Softwares Livres (SL) têm gradativamente ganhado mais adeptos e fortalecido sua filosofia. Não por acaso, tais ferramentas têm sido associadas atualmente, considerando que a EAD tem muito a crescer com o apoio dos SL.

Todavia, serão SL e EAD perspectivas intercambiáveis, ou pelo menos tão facilmente associáveis? Como tem ocorrido esse debate e qual seria a possível relação com o processo de democratização da universidade pública brasileira? Em que medida o SL, considerado como discurso político, tem refletido sobre os limites e possibilidades da EAD? Quais aspectos devem ser levados em conta, a fim de se compreender os impasses na relação entre EAD e SL e do aumento de vagas em universidades públicas?

O que se pretende neste artigo, portanto, é refletir criticamente sobre a relação entre EAD e SL a partir do necessário processo de democratização da universidade pública no Brasil.

## Democratização do Ensino Superior e EAD

Antes de tudo, é preciso restringir o objeto a que nos referimos. Este trabalho pretende refletir sobre o ensino universitário público brasileiro, o que já não é pouca coisa. Mas especificamente, sobre o processo de democratização desta instituição. Por democratização, entendemos os processos que envolvem toda a sociedade civil e o Estado no labor de tornar a universidade pública um direito amplo, acessível não somente a uma determinada classe, raça, gênero, etc. da população brasileira. Assim, embora a universidade não seja necessariamente o caminho seguinte de todos os formandos secundaristas, é patente que, enquanto dever do Estado e direito de todo cidadão brasileiro, a educação superior deva estar acessível a todos e todas mediante políticas públicas de acesso e permanência às universidades.

O número de universidades federais tem se multiplicado nos últimos anos, principalmente a partir do Governo Lula. No entanto, apesar desse patente crescimento, o ensino universitário ainda está adstrito a poucos. Esses *poucos*, por sinal, representam menos a diversidade populacional brasileira do que certa classe mais abastada econômica e socialmente. Para verificar isso, é fácil notar como os estacionamentos das universidades públicas, como a UFMG e a USP, por ex., têm sérios problemas com o trânsito de automóveis internamente aos campi, faltando vagas de estacionamento e sobrando carros. Outro dado é que a grande maioria dos estudantes advém de escolas particulares, ou pelo menos, freqüentaram cursos preparatórios para adentrar a universidade; o que tem um preço que uma parcela substancial da sociedade não pode bancar.

Políticas educacionais têm sido formuladas e implantadas a fim de senão solucionar, ao menos amenizar, a escassez de vagas nas universidades públicas. Uma proposta recente nesse cenário é o PROUNI, que funciona como um regime de bolsa para estudantes carentes freqüentarem universidades particulares. Apesar disso, é claro que programas como esse objetivam, no fundo, suprir o déficit das universidades públicas, no tocante ao ingresso e permanência, mesmo que criando vagas em instituições privadas.

O advento da internet na década de 1990 trouxe consigo muitas esperanças. No campo educacional representou um forte contributo a quantos se dedicavam ao ofício educacional, mormente o Estado. Embora o *Ensino a Distância* já fosse empregado desde tempos passados, mediante cursos por correspondência e telecentros, penso que seja somente a partir da internet que a *Educação a Distância* (EAD) tenha obtido existência concreta no campo educacional.

Não há formalmente nenhuma separação entre Ensino e Educação a Distância, sendo que comumente os termos são usados como sinônimos. Não obstante, fazendo tal distinção aqui, pretendo enfatizar com o termo Educação a Distância (EAD) uma política educacional sob responsabilidade do Estado, ao menos no tocante às diretrizes e regulamentações. Tanto é que em 1996 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED<sup>4</sup>) junto ao MEC. Naquele momento a EAD ganhava status de política pública, sendo considerada uma modalidade *específica* dentro da educação geral; figurava, então, ao lado do próprio ensino básico, fundamental, superior, especial, EJA e profissional.

---

<sup>4</sup> Essa secretaria foi encerrada em maio de 2011 para a surpresa de muitos. A EAD passa a ser considerada não mais como algo à parte, mas como um desdobramento das outras modalidades educacionais. O decreto que reestrutura a EAD pode ser conferido em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=289&Itemid=822](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=822)

Outro aspecto que reforça o fato de a EAD<sup>5</sup> ser uma política de Estado (ou pelo menos de Governo) possibilitada apenas a partir da Internet é sua própria conceituação como “*modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos*” (Art. 1º do Decreto Nº. 5.622, 19/12/05) [grifos meus].

Tais *meios* podem se referir aos meios de comunicação de forma geral, mas o termo *tecnologias* reforça a ligação com a internet. A TV e o Rádio já ocupavam o seio da sociedade há bastante tempo, sendo considerados até mesmo como itens básicos. As cartas, por sua vez, remontam há milhares de anos, não sendo propriamente uma tecnologia na acepção atual do termo. Contudo, a internet e as ferramentas que a conformam, representavam à época uma novidade, uma tecnologia recentemente disponível.

Mas qual a importância em frisar esse aspecto? Ora, sendo a EAD algo recente, uma novidade propiciada por outra novidade, é razoável pensar que, como é comum a toda inovação, surgem muitas expectativas em torno delas – esperanças, medos e incertezas. É trivial no começo aparecerem pensamentos bem extremados e dicotômicos. É como se fosse tudo para uns e nada para outros. Portanto, *surge* com a EAD algo que *não* existia, um verdadeiro precedente. Mas, por que surge a EAD?

Muitos tentam argumentar hoje, que a EAD não é uma novidade, mas remonta a tempos muito remotos em que era realizada por cartas. Meu esforço é demonstrar que a EAD é recente, a fim de investigar o contexto político de seu aparecimento, bem como a forma como tem sido apropriada e empregada: uma política educacional. Isso, pois, considerá-la como *modalidade*, implica em colocá-la em concorrência com outras modalidades educacionais. Assim, a EAD é mais filosofia político-pedagógica – com princípios, meios e fins – do que *instrumento/ferramenta* educacional.

Meu argumento é que a EAD foi fundada a partir de uma falsa dicotomia, a saber, uma modalidade educacional *distinta* em *oposição* a outras. É justamente essa (suposta) *distinção* que embaça nossa visão, tomando-a não como *instrumento* educacional, mas como *filosofia* educacional, requerendo, por conseguinte, princípios distintos de outras formas de educação. E, enquanto filosofia político-pedagógica e política pública específica os usos sociais que se faz dela têm sido não para democratizar a universidade pública brasileira, mas, ao contrário, substituí-la, configurando-se, por vezes, como substituto, senão atualmente, ao menos no futuro, do “ensino presencial”.

Não se critica aqui a eficácia da EAD enquanto *instrumento*, mas como (suposta) filosofia pedagógica promotora de democratização. O perigo estaria em aplicá-la, a partir desta noção enquanto filosofia pedagógica e modalidade específica educacional, como *alternativa* a outros modelos educacionais.

---

<sup>5</sup> Refiro-me neste trabalho à EAD como Política Educacional presente, apesar de a SEED ter sido extinta. Os efeitos da SEED ainda são presentes, e, embora as leis estejam se modificando, a herança da EAD como filosofia e política educacional – como tento argumentar – ainda é viva. Sobre as novas leis, parecem que pretendem modificar a EAD de *modalidade* peculiar para *instrumento* não específico e presente em todas as outras modalidades educacionais.

Assim sendo é que os questionamentos de *quando*, *por que* e *por quem* surge a EAD se tornam fundamentais. É recente; surge como alternativa que busca suprimir o chamado “ensino presencial”, mas, por certo não almeja suprimir todo o ensino presencial. É aí que devemos perguntar: para quem, então, surge a EAD? A resposta ainda é difícil de ser respondida em termos de classe, gênero e raça, por ex., pois carecemos de mais amplas estatísticas para a análise, mas poderíamos responder de modo genérico: é para aqueles que não estão nas universidades; que por motivos diversos não ascenderam a uma universidade – pública ou particular de qualidade. Todavia, serão assim tão diversos os motivos que levam uma pessoa a não adentrar uma universidade? E o que pensar das públicas?

Ora, embora não seja objetivo formal da EAD suprimir o ensino nas universidades concretas, na prática a realidade é outra, principalmente se considerarmos aqueles sujeitos alijados delas. Por que, por exemplo, existiriam cursos completamente à distância, ou mesmo faculdades inteiramente à distância? Estará isso relacionado com algum fator econômico, político e social ou será um critério puramente pedagógico e tecnológico? Mais ainda: estará relacionado com a ausência histórica do Estado frente às questões educacionais e, quiçá, com o futuro avanço do descompromisso do Estado frente à criação de novas universidades públicas? O PROUNI, embora não esteja no escopo desta análise, e apesar de inserir milhares de alunos em universidades que sem esse apoio não cursariam uma faculdade, é bastante criticado em questionamentos como: por que não empregar os recursos desse programa para ampliar vagas em universidades públicas? Talvez o mesmo questionamento valha para a EAD.

Pensemos na própria expressão Educação a Distância. É como se “a distância” qualificasse em algum sentido o termo Educação. Funciona como adjetivação deste termo. Aliás, talvez seja somente após o surgimento da EAD que se tenha pensado, em oposição, que aquela educação que não é realizada “à distância”, seja desenvolvida “perto” ou como se tem chamado mais usualmente, “Educação Presencial”. Cabe, então, o questionamento: *presença* e *distância* em relação a quê? De acordo com o decreto supracitado, subentende-se que “distância” se refira a “*lugares e tempos diversos*”, nos quais atividades educacionais mediadas por meios e tecnologias de informação e comunicação sejam desenvolvidas. E desenvolvidas *entre* quem? Estudantes e professores<sup>6</sup>, tal como informa o mesmo artigo do decreto.

Parece, portanto, que o diferencial básico entre a educação “à distância” e aquela “presencial” é dado pelos *meios e tecnologias* (de informação e comunicação) envolvidos na realização da EAD com fins a ligar determinados sujeitos (estudantes e professores) que estejam em *lugares e tempos diferentes*.

Então, os *meios e tecnologias* que propiciarão a EAD estão encravados no centro mesmo da Educação a Distância. Os meios e tecnologias de informação e comunicação seriam até mesmo essenciais para a própria configuração da EAD enquanto tal.

---

<sup>6</sup> O interessante é que mesmo “à distância”, a educação parece se assentar nos papéis de estudantes e professores. E nessa relação o professor continua ocupando um papel central na disponibilização do conhecimento. Mesmo “distante” o ensino continua professoral. Será que também bancário como questionava Paulo Freire? Onde ficaria a tão falada “autonomia” propiciada pela EAD?

Tais meios e tecnologias conjuntamente com a internet são representadas em grande medida por Softwares (em largo sentido – conjunto de instruções lógicas empregadas no tratamento de informações executadas pelo PC).

A internet se torna popular na década de 1990. De fato, ela inaugurou um novo tempo não somente nas relações comunicacionais, mas na sociedade de modo geral. Hoje se emprega a internet em tal medida que seria impossível manter a vida social atual sem ela. A internet trouxe toda uma linguagem e racionalidade peculiar a ocupar o imaginário social das gentes. A própria noção de softwares se populariza com ela. É bem verdade que a internet seja bem anterior aos anos 1990, mas somente ganha realidade e status popular a partir dessa década. É nesse período também que se popularizam os Sistemas Operacionais e os softwares de modo geral. E a partir dos Sistemas Operacionais domésticos, um nicho de mercado bilionário.

Os softwares, a partir da internet, estruturam a própria EAD enquanto *lugar* onde se desenvolve o processo educacional. É como se os softwares representassem comparativamente a própria estrutura física de uma faculdade. Pois, no ambiente virtual a relação entre os colegas e estes com os professores, por ex., não se dá pela interação face-a-face, mas mediante um software. Enquanto intermediário da relação ensino-aprendizagem na EAD, eles são fundamentais. Aliás, em se tratando de um curso de EAD completamente “a distancia”, o software será o principal, senão único instrumento de mediação disponível. Será ele a propiciar contatos por escrita, voz e vídeo, por exemplo. O software funcionaria, então, como “o prédio, a sala de aula, a carteira, o papel e o lápis, o quadro negro e o giz” de uma faculdade “presencial”; representa o próprio espaço físico no qual a relação pedagógica se efetivará.

É nesse cenário que aparece os Softwares Livres (SL) como fortes contributos à EAD – como meios tecnológicos a propiciarem a Educação a Distância. Mas, quais serão as implicações dessa relação?

## **EAD e SL**

O Movimento Software Livre surge com Richard Stallman em 1985 ao fundar a Free Software Foundation, nos EUA. A bandeira de luta central desse movimento está pautada na liberdade de acessar, modificar e divulgar livremente o código-fonte de um software. Essa proposta de opção radicalmente aos Softwares Proprietários, aqueles que restringem o acesso ao código-fonte, mercantilizando os softwares a partir do Copyright. Diferentemente o movimento Free Software adota outra postura, o Copyleft.

Pensar em Softwares Livres (SL) em uma sociedade capitalista é, sem dúvida, lidar com um movimento filosófico e político distinto dos Softwares Proprietários (SP). No caso dos Sistemas Operacionais (OS), preterir o Windows da Microsoft, por exemplo, não significa simplesmente optar por outro software em seu computador pessoal, mas a experimentação de outra forma de “organizar a realidade”. Não somente a realidade virtual, mas escolher a construção de outra forma de estruturação da sociedade ao invés de corroborar com o *status quo*. Para confirmar isso, basta pensarmos o que está por trás do mercado de Softwares Proprietários, ou seja, empresas capitalistas Bilionárias compromissadas com o lucro em primeiro plano. Usar um SL representa

a entrada em outro universo de significação, e, por conseguinte, a saída de um universo marcado não por códigos binários, mas por muito poder, opressão e dinheiro. Bilhões! Veremos, um dia, um comercial do Linux na Rede Globo?!

Portanto, ao se falar em Software Livre – um movimento coletivo – falamos primeiramente não em tecnologia, mas em política. Reduzir o debate travado pela comunidade SL a uma mera questão de tecnologia é reduzir e simplificar um movimento vivo e complexo que luta, no final das contas, pela democratização da informação, do conhecimento e da sociedade. Tal redução, aliás, deveria ser compreendida como tentativa ideológica de subalternizar e enfraquecer a luta do movimento *Free Software*.

Como estaria, então, o SL assim compreendido, relacionado com a EAD e quais seriam os riscos dessa relação?

Como tentei argumentar anteriormente, o ponto de crítica que tomo na EAD é a sua tomada enquanto política educacional, ao invés de “mero” instrumento educacional. Em uma palavra, o perigo nesse panorama estaria em tomar a EAD como política. Há, pois, uma *ampliação desmedida de um instrumento à filosofia*.

Inversamente, penso que a filosofia Software Livre tem sido desperdiçada ao ser recebida comumente, e restrita, no campo da EAD a “mera” questão de tecnologia. Não percebo o debate dos SL – com o fundo democratizador que traz consigo -, sendo aproveitado nas discussões da EAD. O que ocorre é uma *redução de uma filosofia à instrumento*.

Enquanto a EAD, a meu ver, tenha sido indevidamente “promovida”, os SL foram arbitrariamente “rebaixados” na hierarquia dos saberes.

O poder democratizador que o SL carrega em si pode sofrer danos sérios, até mesmo graves, acaso a relação com a EAD não seja tomada criticamente. Isso, pois a tendência do mercado é absorver cada vez mais a EAD como *alternativa* ao “ensino presencial”. O número de cursos, faculdades e alunos tem aumentado grandemente nos últimos 10 anos. Ademais, o valor social outorgado a um diploma universitário continua alto (ao menos ideologicamente) em nossa sociedade, mesmo em trabalhos em que tal conhecimento não seja diretamente requerido. Ademais, prefeituras diversas do país conferem aumentos – por vezes substanciais – aos funcionários que possuem diplomas universitários – graduação, especialização e pós-graduações. Se o número de faculdades privadas “presenciais”, com qualidade questionável, tem pululado nos quatro cantos do país, o que dirá das que adotarem a EAD como estrutura?

Atualmente o mercado de EAD para os SL é bem melhor do que para os Softwares Proprietários. O custo é, sem dúvida, o que o mercado de EAD pontua em primeiro lugar. Mesmo por que, quanto mais puderem modificar e atualizar os SL aos fins que lhe competem, maior será o tempo que poderão dispor dos softwares e menor será o gasto infra-estrutural com compra de novos, treinamento de pessoal, etc..

O perigo estaria em levar “a reboque” os SL para o mercado capitalista. Que fique claro que Software Livre e Software Gratuito são coisas bastante distintas. Os SL não são necessariamente gratuitos, e não significa que a comercialização de SL, por si só, signifique grande problema. Todavia, o meu receio é que, se encarado de forma acrítica esse cenário, por um lado, acabe por

desenvolver e consolidar o mercado e a demanda por SL, mas, por outro, enfraquecer a filosofia democratizadora que trás consigo. Pois, como se sabe, quando há dinheiro envolvido, os laços éticos tendem a ficarem mais fracos nas relações.

É certamente um paradoxo complexo. É como se o capital pudesse outorgar mais força de ataque ao SL contra a indústria rival dos SP. É certo também, que os SP tendem a entrarem com toda a força no mercado de EAD quando este se popularizar ainda mais, e principalmente, quando plataformas (salas de aula virtuais) fizerem toda a diferença no marketing para a captação de alunos – milhões! Imagine o Moodle competindo com a Apple, a Microsoft, o Facebook e o Google!

Duas coisas podem acontecer: os SL serem engolidos pelos SP das grandes empresas ou, na hipótese dos SL disporem “à época da grande batalha” de poder de fogo suficiente para a concorrência e entrarem na perversa luta por reserva de mercado. Como ficará, nesse hipotético futuro, a reflexão sobre os limites e possibilidades da EAD? Alguém se importará com a reflexão filosófica e política de se a EAD é instrumento educacional ou política educacional? Se a EAD democratiza a universidade pública ou, ao contrário, se ela corrobora a manutenção da elitização daquelas instituições?

O tempo de debate é agora, enquanto há tempo, pois após cruzar a fronteira (do capital monopolista e fetichista) não há mais volta.

### **À Quiça de Conclusão**

Há mais de 10 anos a EAD despontou no cenário educacional brasileiro. Tem gerado bastante controvérsia por onde esse debate passa, tomando seus comentadores posições extremadas, muitas vezes – de principal inovação do contexto educacional à consideração enquanto um nada educacional.

A meu ver, o problema central da EAD é tomá-la e exigir dela mais do que realmente a Educação e Distância pode produzir. De longe, é um grave erro considerá-la como nova “pedra angular” da educação brasileira. Como tantas outras ferramentas educacionais, tende a cair em fracasso. Muitos outros instrumentos fracassaram, seja por terem sido considerados a cada tempo como “o” recurso “salvador” dos nossos problemas históricos complexos (sociais, políticos e econômicos), seja por que foram importados de outros países sem a devida contextualização. A Educação a Distância tende a fracassar também se não for tomada, a meu ver, como aquilo que realmente é – instrumento educacional contextualizado e limitado.

Considerar a EAD como *alternativa* à dita “educação presencial” é contribuir com a precariedade do ensino público, mesmo o superior. É embaraçar a situação de privilégio em que a universidade pública federal teve início e na qual ainda está jungida. Qualificar o ensino como “a distância” ou “presencial”, aliás, é tentar separar algo que não está separado, mas que se complementam.

Nesse cenário, os SL têm despontado como concretizadores importantes da EAD, mas, ao mesmo tempo, têm sido desperdiçados - em seu potencial filosófico e político - no debate



relativo à democratização da universidade pública. Se não tomada uma necessária guinada crítica, é possível que o movimento SL seja contraído à mera tecnologia.

Talvez, os impasses da EAD sejam mais cruciais por que surge em um momento em que a universidade pública brasileira ainda é para poucos. Uma saída seria considerá-la como complementar e enquanto instrumento, mas nunca como alternativa e filosofia educacional.

### **Bibliografia**

DECRETO N° 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)  
Acessado em: 06/06/2011.